

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM UM CONTEXTO DE ESCALA LOCAL.

As políticas mais amplas importam, contudo o desenvolvimento sustentável é específico ao contexto local. “A batalha pela sustentabilidade se ganhará ou se perderá nas cidades.”

Henrique Camões Barbosa de Mélo¹

Fecha de recepción: Febrero de 2019

Fecha de aceptación: Julio de 2019

RESUMO

Em Abril de 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, órgão vinculado às Nações Unidas, divulgou aquele que se tornaria o principal documento conceitual para a discussão sobre desenvolvimento sustentável ao redor do mundo. O relatório, intitulado *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), trazia uma reflexão crítica ao modelo econômico de desenvolvimento adotado pelos países industrializados, e igualmente reproduzido pelas demais nações, baseado no uso excessivo dos recursos naturais, sem respeitar a capacidade de suporte dos ecossistemas, e apontava para uma nova perspectiva ao processo de desenvolvimento, cuja ideia seria “*atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.*” Passados 31 anos da publicação do Informe Brundtland, e tendo em mente de que o contexto mundial apresenta-se majoritariamente urbano, com cerca de 54% da população mundial vivendo nas cidades, e que “*a batalha pela sustentabilidade, necessariamente, se ganhará ou se perderá nas cidades*”, quais entraves urbanos precisam ser verdadeiramente trabalhados para que o Paradigma do Desenvolvimento Sustentável se torne uma realidade tangível? A resiliência urbana e a repartição de obrigações e benefícios do desenvolvimento urbano viabilizam cidades mais sustentáveis?

Palavras Chaves: Desenvolvimento Sustentável Local; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS; Resiliência Urbana; Equidade Social;

RESUMEN

En abril de 1987, la Comisión Mundial sobre el Medio Ambiente y Desarrollo, órgano vinculado a las Naciones Unidas, lanzó aquel que se convertiría en el principal documento conceptual para el debate sobre el desarrollo sostenible en todo el mundo. El informe titulado, *Our Common Future* (Nuestro Futuro Común), trajo una reflexión crítica al modelo económico de desarrollo adoptado por los países industrializados, y también reproducido por las otras naciones, basándose en el uso excesivo de los recursos sin respetar la capacidad de carga de los ecosistemas, y señaló una nueva perspectiva sobre el proceso de desarrollo, cuya idea sería *"satisfacer las necesidades actuales sin comprometer la capacidad de las generaciones futuras para atender sus propias necesidades"*. Después de 31 años de la publicación del informe Brundtland y teniendo en cuenta que el contexto mundial es principalmente urbano, con cerca del 54% de la población mundial que vive en las ciudades, y que *"la batalla por la sostenibilidad, necesariamente, si ganará o si perderá en las ciudades"*, ¿qué barreras urbanas deben ser verdaderamente trabajadas para que el Paradigma del Desarrollo Sostenible se convierta en una realidad tangible? ¿la resiliencia urbana y la distribución de las obligaciones y beneficios del desarrollo urbano permiten ciudades más sostenibles?

Palabras clave: Desarrollo Local Sostenible; Objetivos de Desarrollo Sostenible – ODS; Resiliencia Urbana; Equidad Social;

ABSTRACT

In April 1987, the World Commission on Environment and Development, a department attached to the United Nations, announced what would become the main conceptual document for a discourse on sustainable development around the world. The report entitled "Our Common Future" provided a critical reflection on the economic model of development adopted by the industrialized countries, and also reproduced by other nations, based on the excessive use of natural resources without respecting the capacity of ecosystems support, and pointed out for a new perspective on the development process, whose idea would be to *"meet the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs."* 31 years after the publication of the Brundtland Report and bearing in mind that the global context is predominantly urban, with around 54% of the world population living in the cities, and that *"the battle for sustainability will necessarily be won or lost in cities"*, what urban barriers need to be truly worked so that Sustainable Development Paradigm becomes a tangible reality? Does urban resilience and the allocation of urban development bonds and benefits make more sustainable cities?

Key Words: Local Sustainable Development; Sustainable Development Goals (SDGs); Urban Resilience; Social Equity;

INTRODUÇÃO

O termo “sustentável” tem sua origem derivada da palavra “*sustentare*”, que em latim significa conservar, cuidar, defender, sustentar. O conceito de sustentabilidade, voltado para o meio ambiente, surge na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, 1972. Nela a ONU chama a atenção para a necessidade de conservação dos recursos naturais, uma vez que a natureza era vista como uma fonte inesgotável de recursos pelos modelos econômicos tradicionais. A ideia do uso controlado desses recursos buscava quebrar o paradigma da infinitude dos recursos naturais por meio da introdução da ideia de que os insumos necessários para desenvolvimento econômico e bem-estar social são em sua maioria não-renováveis. Conforme afirma Gallopín (2010):

(...) finalmente la Conferencia reconoció que ambiente y desarrollo no eran inherentemente incompatibles, pero que era necesario crear un nuevo sendero de desarrollo alternativo que fuera social y ambientalmente compatible. Esta estrategia de desarrollo alternativa fue denotada como “ecodesarrollo (...) posteriormente reemplazada por el término “desarrollo sostenible”, originalmente usado en la Estrategia Mundial para la Conservación de la Naturaleza, lanzada en 1980 por la Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza, pero que tuvo amplia difusión política con el lanzamiento del “Informe Brundtland” (WCED 1987) en 1987 (p. 20-21).

Em Abril de 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, órgão vinculado às Nações Unidas, divulgou aquele que se tornaria o principal documento conceitual para a discussão sobre desenvolvimento sustentável ao redor do mundo. O relatório, intitulado *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), trazia uma reflexão crítica ao modelo econômico de desenvolvimento adotado pelos países industrializados, e igualmente reproduzido pelas demais nações, baseado no uso excessivo dos recursos naturais sem respeitar a capacidade de suporte dos ecossistemas, e apontava para uma nova perspectiva ao processo de desenvolvimento, cuja ideia seria “*atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades*” (CMMAD, 1991, p.46).

Apesar de apresentar um conceito questionável, por não definir quais são as necessidades presentes locais, nem quais seriam aquelas demandadas no futuro, o relatório de Brundtland chamou a atenção do mundo sobre a necessidade de se encontrar novas formas de desenvolvimento econômico, sem comprometer os recursos naturais e/ou causar danos ao meio ambiente (Barbosa, 2008, p.2)

Cinco anos mais tarde, com a Eco 92, conferência da ONU sobre "ambiente e desenvolvimento", no Rio de Janeiro, o conceito de Desenvolvimento Sustentável, um dos paradigmas da Gestão Ambiental, consolidava-se como alternativa para o desenvolvimento de longo prazo, agora baseado em três pilares (Econômico, Ambiental e Social), como definem Idrobo e Casas (2013):

i) Ecológicos: que hacen referencia a la conservación del estado natural de los ecosistemas para garantizar la supervivencia en el tiempo, los ii) Económicos: orientados a promover la productividad económica implementando tecnologías para el manejo sostenible de los recursos y los iii) Sociales: enfocados en la distribución equitativa de los beneficios y costos del desarrollo entre la población. (p.18)

A Agenda 21 surge assim como “*documento recheado de boas intenções relacionadas ao combate à pobreza, à preservação do meio ambiente e à concessão de mais oportunidades para que os países pobres se desenvolvam*”(BBC-Brasil, 2002), que apesar de quase 75% da agenda ter sido aprovado pelos países, apenas uma pequena parte do documento foi realmente implementada, muito devido à grandiosidade dos objetivos traçados e à falta de adaptação das ações à realidade local, tornando-os pouco factíveis do ponto de vista prático.

Somente em setembro de 2015, representantes dos 193 Estados-membros da ONU se reuniram em Nova York e reconheceram que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. A dimensão regional ganha notoriedade com o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Nele são traçados os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. (PNUD – Plataforma Agenda 2030, 2018)

Laura Martín (2018), especializada em temas de responsabilidade social corporativa, meio ambiente e sustentabilidade, sustenta que:

(...) las ciudades son, sin duda, un agente imprescindible en la consecución de estos ODS, no solo porque son los espacios en los que se desarrolla la vida y en los que se concentra un gran capital humano, sino también porque generan importantes problemas que afectan a la salud, el medio ambiente y la calidad de vida de las personas. (p. s/n)

Nessa mesma linha, Ferreira (1998), quando da investigação da sustentabilidade das políticas públicas no Brasil, afirma que “*o padrão de produção e consumo que caracteriza o atual estilo de desenvolvimento tende a consolidar-se no espaço das cidades e estas se tornam cada vez mais o foco principal na definição de estratégias e políticas de desenvolvimento.*” (p.67)

Segundo a Organização das Nações Unidas, em documento intitulado Nueva Agenda Urbana - HABITAT III – 2017, no qual estabelece normas e princípios para a planificação, construção, desenvolvimento, gestão e melhoria das zonas urbanas:

En esta era en la que vivimos un crecimiento sin precedentes de la urbanización, y en el contexto de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible, el Acuerdo de París y otros acuerdos y marcos mundiales para el desarrollo, hemos llegado al momento decisivo en el que entendemos que las ciudades pueden ser fuente de soluciones a los problemas a que se enfrenta nuestro mundo en la actualidad, y no su causa. Si está bien planificada y bien gestionada, la urbanización puede ser un instrumento poderoso para lograr el desarrollo sostenible, tanto en los países en desarrollo como en los países desarrollados. (ONU, Habitat III 2017, p. iv)

Entendendo que o contexto mundial apresenta-se majoritariamente urbano, com cerca de 54% da população mundial vivendo em áreas urbanas, e cientes de que “*a batalha pela sustentabilidade, necessariamente, se ganhará ou se perderá nas cidades¹*”, quais entraves urbanos precisam ser verdadeiramente trabalhados para que o DS se torne uma realidade tangível? A Resiliência Urbana e a Repartição de obrigações e benefícios do desenvolvimento urbano viabilizam cidades mais sustentáveis?

RESILIÊNCIA URBANA COMO CATALIZADOR DE UM DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL.

Não é mais privilégio apenas dos grandes centros urbanos o fato de que os efeitos adversos das mudanças climáticas vêm alterando gradativamente a qualidade de vida do meio urbano, mesmo que seja em nível local. Segundo a Organização das Nações Unidas, em documento intitulado Nueva Agenda Urbana - HABITAT III 2017, o qual estabelece normas e princípios para a planificação, construção, desenvolvimento, gestão e melhoria das zonas urbanas:

(...) los centros urbanos de todo el mundo, especialmente en los países en desarrollo, suelen tener características que exacerban la vulnerabilidad de esos centros y sus habitantes ante los efectos adversos del cambio climático y otros peligros naturales y antropogénicos, entre ellos los (...) las inundaciones, la subsidencia, las tormentas, (...) las olas de calor, la escasez de agua, las sequías, la contaminación del agua y el aire, las enfermedades transmitidas por vectores y la elevación del nivel del mar, que afectan en especial a las zonas costeras, las regiones de deltas fluviales y los pequeños Estados insulares en desarrollo, entre otros (ONU, Habitat III 2017, pag. 22).

A incapacidade que muitas cidades e governos locais possuem, no sentido de regulamentar e implementar normas capazes de ordenar o uso e ocupação do solo, exacerba os riscos daqueles que vivem em condições de vulnerabilidade. A capacidade de resiliência dessas cidades/comunidades frente aos problemas sociais, econômicos e ambientais é praticamente inexistente. Nestes casos, os gastos do Estado para reparar os problemas são extremamente altos. Para a ONU, em documento intitulado Planeamiento Urbano para Autoridades Locales - Habitat 2014,

(...) la inacción es costosa. Las ciudades que no han sido capaces de prepararse para los efectos climáticos extremos han sufrido graves daños que llevará décadas superar. La inacción en la prevención de desastres en las ciudades implica que los costos serán altos.(...) “las ciudades y los asentamientos humanos se enfrentan a amenazas sin precedentes planteadas por las pautas insostenibles de consumo y producción, la pérdida de diversidad biológica, la presión sobre los ecosistemas, la contaminación, los desastres naturales y los causados por el ser humano, y el cambio climático y los riesgos conexos (ONU, Habitat 2014, p. 107).

¹ Maurice Strong. ex-Diretor Executivo do Programa da Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA

A implementação de modelos urbanos mais sustentáveis deve ser uma regra para todos os operadores urbanos responsáveis pela definição de políticas públicas, especialmente, os políticos, gestores e planejadores urbanos, uma vez que os instrumentos tradicionais de ordenamento urbano estão sendo responsáveis por significativas perdas de serviços ecológicos, bem como por um acelerado processo de metabolismo urbano. Esses modelos de intervenção, além de muito custosos, do ponto de vista financeiro e ecológico, não estão efetivamente atendendo às necessidades das populações. São os chamados Custos Ecológicos não evitados (Fernández, 2008, p.1).

Como uma cidade pode se tornar resiliente e sustentável se o acesso aos bens públicos é desigual? Uma sociedade é mais justa e equitativa quanto mais bens públicos possui. Uma cidade se torna cada vez mais resiliente e sustentável quando cria, conserva, melhora e promove os bens públicos de forma equitativa para os cidadãos (FUNDACIÓN AVINA, 2018)

Nesse viés, Acosta (2014) afirma que,

La contradicción que se genera entre las acciones que tienden al equilibrio y racionalidad de los sistemas de soporte, depuración y uso equitativo de los recursos y del suelo, frente a la planificación urbana tradicional que se concentró principalmente en regular las normativas de uso de suelo y capacidades constructivas de los lotes privados, es un tema cuya regulación implicaría un costo político que muchos gobernantes no están

dispuestos a pagar, en una sociedad donde ha primado la noción de propiedad y derecho individual sobre el de bien social y uso colectivo. (p.4)

O Estado, longe de implementar políticas capazes de melhorar efetivamente a equidade social, incentiva programas assistencialistas sem avançar, a propósito, no desenvolvimento humano e social. Trata-se de políticas públicas que não fazem nada, além de administrar a pobreza, forjando um sistema de patrocínio político que atende apenas as necessidades eleitorais dos governantes. (March, 2009, p.54)

Tendo em conta a importância dos centros urbanos locais e o seu papel na economia regional, nacional e até mesmo global, os esforços locais de mitigação e adaptação aos problemas sociais, econômicos e ambientais ganham cada vez mais relevância e importância na busca da resiliência urbana e, por conseguinte, na sustentabilidade. Segundo afirma a ONU - Habitat (2014): “*Una ciudad resiliente es competitiva y puede mantener sus ventajas en el tiempo. Mediante el fortalecimiento proactivo de la resiliencia, las ciudades estarán mejor posicionadas para absorber y responder a las crisis.*” (p.107)

Consoante documento recém publicado pela ONU, que analisa os avanços que estão ocorrendo em várias áreas da Agenda 2030 (Informe de los Objetivos de Desarrollo Sostenible 2018), constata-se que a expansão física das cidades se desenvolve a um ritmo 1,5 vezes superior ao do crescimento da população, evidenciando a necessidade urgente de melhora no processo de urbanização, no qual deverão ser implementados esforços no sentido de assegurar o acesso a habitação segura e adequada, melhora da qualidade do ar e da mobilidade urbana e garantia do acesso aos serviços públicos de qualidade para que todos os habitantes das áreas urbanas tenham condições de viver em comunidades mais resilientes e sustentáveis. (ONU, Informe 2018, p. 24).

90% dos habitantes de zonas urbanas em todo o mundo respira do ar impuro, que leva a milhões de mortes.

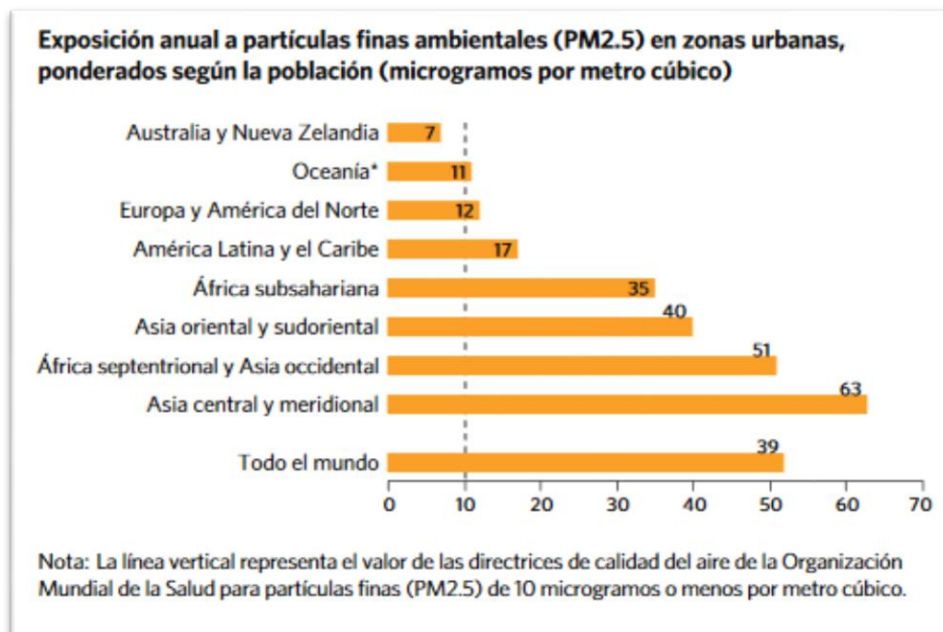


Gráfico 1
Fonte: Informe de los Objetivos de Desarrollo Sostenible – 2018, p. 25

Há uma necessidade urgente de medidas para reduzir o risco de desastres para fortalecer a resiliência das cidades do mundo.

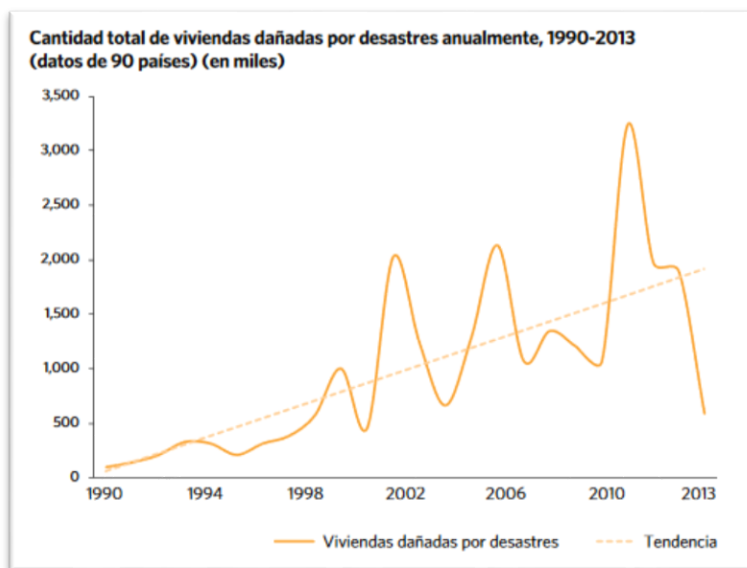


Gráfico 2
Fonte: Informe de los Objetivos de Desarrollo Sostenible – 2018, p. 25

O DESAFIO DE LEVAR OS OBJETIVOS GLOBAIS PARA A ESCALA LOCAL. AS POLÍTICAS MAIS AMPLAS IMPORTAM, MAS O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É ESPECÍFICO AO CONTEXTO LOCAL

As iniciativas locais tendem a possuir um envolvimento participativo maior nas ações que são implementadas. Mostram-se exitosas quando combinam estratégias socioeconômicas, culturais, ambientais e tecnológicas para reduzir a vulnerabilidade local e fortalecer o poder de resiliência. Conscientes ou inconscientes, essas comunidades encontram maneiras de contribuir para o DS,

“alterando seus padrões de produção e consumo e abraçando a solidariedade econômica e a aprendizagem colaborativa.” (ONU/PNUMA, 2016, p.21)

Segundo a ONU, em publicação que aponta experiências exitosas que integraram desenvolvimento social, ambiental e econômico, promovendo o Desenvolvimento Sustentável local, *“o envolvimento e a participação da sociedade civil e dos governos locais e sub-regionais são cruciais para enfrentar os desafios específicos do contexto de desenvolvimento. Organizações e instituições que lidam com as necessidades da comunidade de forma constante podem, portanto, criar mecanismos eficazes para o planejamento participativo e para aumentar a coerência dos objetivos setoriais na escala local.” (ONU/PNUMA, 2016, p.21)*

Os modelos homogeneizados globais já se mostraram ineficazes quando implementados de forma padronizada, sem que fosse avaliado o contexto local. Entendendo a Gestão Ambiental como sendo uma das funções públicas que deve ser compartilhada solidariamente com a sociedade, (Idrobo e Casas, 2013, p.1) afirmam que, na maioria dos casos, sua implementação

ha sido unidireccional, lo que ha promovido modelos homogeneizadores que limitan la interacción con las comunidades y las relaciones interinstitucionales e interdisciplinarias. Si se observa esta situación desde una lógica glocal en diferentes ecosistemas y regiones, es evidente el predominio del enfoque de crecimiento económico con una escasa interacción entre saberes y conocimiento, situación que limita la construcción de alternativas de manejo sostenible y desencadena acciones ambientales desarticuladas.

Os programas e ações voltadas para o desenvolvimento de políticas públicas são historicamente impostas unilateralmente pelo Estado. As soluções padronizadas replicadas indiscriminadamente de forma impositiva por meio de uma relação Top-Down geram situações que não incorporam os aportes regionais e locais Bottom-Up (Idrobo e Casas, 2013, p.16). As necessidades locais dos moradores não são levadas em consideração no momento da definição de prioridades. Conforme Siqueira (2008), isso se deve à

(...) longa tradição dos processos não-participativos, ainda baseados em um relacionamento vertical entre os setores envolvidos. (...) As prioridades ambientais e os seus conceitos associados costumam ser desenvolvidos de forma tecnocrática, sem que seja travado um genuíno diálogo com o público em geral, deixando de levar em consideração suas expectativas e aspirações. p. 426)

A seguir, algumas experiências locais que foram capazes de tornar o conceito de Desenvolvimento Sustentável numa realidade tangível e efetivamente sentida pela comunidade. As ações implementadas seguiram o conceito de fortalecimento da resiliência e da promoção da equidade social.

a) FUNDO PARA A PROTEÇÃO DA ÁGUA (FONDO PARA LA PROTECCIÓN DEL AGUA - FONAG): Os interesses diversos sobre o uso da água podem gerar conflitos ou parcerias eficazes, e todos assumem a responsabilidade de garantir o acesso igual e justo. (ONU/PNUMA, 2016, p.51)

A parte interandina da província de Pichincha é uma das áreas mais densamente povoadas do Equador. Rios como o Guayllamba, alimentados por águas de sub-bacias hidrográficas e subterrâneas da Amazônia, fornecem água para consumo humano e pela indústria. Toda a província de Pichincha, no Equador, vinha sendo palco de sérios conflitos relativos à apropriação e uso da água, levando ao esgotamento de diversos aquíferos e contaminação em níveis extremamente elevados. Além dessas questões, havia pouca proteção das áreas de nascentes. Todos esses fatores comprometiam o acesso do Distrito Metropolitano de Quito à água. Em 1995, várias organizações passaram a trabalhar juntas para criar um sistema capaz de promover uma nova cultura de uso da água com gestão integrada. Esse processo culminou, em 2000, com a criação do Fundo para a Proteção da Água (Fondo para la Protección del Agua - FONAG). Trata-se de um mecanismo financeiro de longo prazo capaz de assegurar o abastecimento de água por meio da conservação de suas fontes, cujos atores (governo, organização Internacional, sociedade e setor privado) assumem as responsabilidades para garantir um acesso justo e equitativo. (ONU/PNUMA, 2016, p.51)



Objetivo 4.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos;



Objetivo 6.

Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos;



Objetivo 15.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;



Objetivo 17.

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável;

b) ASOCIADOS DE LOS NONUALCOS (ALN):

Em El Salvador, as autoridades locais desempenham um papel fundamental na promoção da coerência das estratégias de desenvolvimento e de alianças eficazes para a sua implementação. (ONU/PNUMA, 2016, p.49)

Em 2001, vários terremotos devastaram a cidade El Salvador, provocando 944 mortes, exigindo ações rápidas e coordenadas de todos os entes da sociedade, como: o Estado, a iniciativa privada e os movimentos sociais para auxiliar o processo de reconstrução e gerar consenso a respeito da visão de desenvolvimento local a longo prazo. Nesse processo alguns municípios se juntaram e criaram a Associação de Los Nonualcos (ALN) objetivando a captação e execução conjunta de financiamentos provenientes de cooperação internacional, evitando assim que esses recursos se fragmentassem entre as 262 prefeituras.

Atualmente, a ALN, que no início atendia a apenas quatro municípios, já soma dezoito cidades, isso graças à sua capacidade local e pluralista de liderança política. *“Os prefeitos têm sido fundamentais na construção de uma autoridade amplamente reconhecida e na criação de uma plataforma de negociação e diálogo político. Isso ajudou a definir agendas para toda a região, gerar acordos e progredir com a implementação.”* (ONU/PNUMA, 2016, p.49)



Objetivo 8.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos;



Objetivo 11.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;



Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;



Objetivo 16.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;

c) **COOPERATIVAS DE RECICLAGEM EM CUBA:** Os resultados indicam que a reciclagem contribui para a substituição de importações, a disponibilidade de matérias-primas para as atividades econômicas locais, o aumento das exportações e os cuidados com o meio ambiente. (ONU/PNUMA, 2016, p.46)

Os centros urbanos são potencialmente grandes e fortes geradores de resíduos sólidos. Em sua maioria dispõe seus lixos domiciliares sem nenhum controle. Uma prática que gera graves consequências, como: contaminação do solo, da água, elevação de vetores de doenças, causando sérios impactos ao meio ambiente, à economia local e à saúde pública.

Na América Latina, menos de 15% de todo o resíduo gerado é reutilizado, mesmo assim, aproximadamente, quatro milhões de pessoas sobrevivem da reciclagem informal, os quais trabalham em condições extremamente precárias de insalubridade e exclusão social.

Nesse contexto, as cooperativas de reciclagem de Cuba são um caso interessante. Surgiram de uma política de Estado aprovada, em 2012, e resultante de um trabalho interministerial e intersetorial, cuja iniciativa, atrelada às perspectivas econômicas e sociais, objetivava promover o consumo responsável e a produção sustentável, de modo a contribuir para o uso responsável dos recursos e para a eficiência econômica dos setores produtivos. Segundo a ONU/PNUMA (2016), *“três anos após a criação de quinze cooperativas de reciclagem em Cuba, as estatísticas mostram que a quantidade de matérias-primas recuperadas aumentou para 427,656 toneladas. Isso representa uma economia de 212 milhões de dólares para o sistema econômico nacional.”* (p.46)



Objetivo 8.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos;



Objetivo 5.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas



Objetivo 11.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;



Objetivo 12.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

CONCLUSÃO

Não é razoável que se dê preferência à preservação dos recursos ambientais em detrimento da inequidade Social. “É obsceno” que um ninho passe fome enquanto se discute qual a melhor forma de se preservar os recursos naturais. Para que o desenvolvimento sustentável “se sustente” é fundamental que as políticas públicas sejam capazes de diminuir a vulnerabilidade social em todos os seus aspectos (saúde, educação, moradia, segurança, etc.), caso contrário permaneceremos com a retórica poética daquele desenvolvimento sustentável que só funciona nos relatórios e informes cuidadosamente elaborados.

Conforme comprovado, a resiliência urbana e a equidade social viabilizam sim cidades mais sustentáveis. É preciso ação. É preciso vontade política. É preciso conduta ética. É preciso informação. É preciso participação popular. É necessário ter a consciência de que TODOS são agentes responsáveis e transformadores da realidade local em que vivem. Como bem afirmou

Maurice Strong, “*a batalha pela sustentabilidade, necessariamente, se ganhará ou se perderá nas cidades.*” A cidade do futuro será necessariamente os resultados da ações implementadas no presente.

Consoante constatado nessa investigação, as INICIATIVAS LOCAIS revelam que as soluções simples e integradas podem, potencialmente, levar a uma mudança social, ambiental e economicamente tangível, capazes de “*satisfazer as atuais necessidades locais...*” sem “**comprometer as necessidades locais futuras**”. Trata-se do Desenvolvimento Sustentável local viabilizando cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

BIBLIOGRAFÍA

- Acosta, F.M. (2014). Gestión de Servicios como Instrumentos de Integración Urbana en la Región Metropolitana de Buenos Aires. Estudio de Casos. PUC – Programa Urbanismo y Ciudad. Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo - Universidad de Buenos Aires, Argentina. Servicio de Difusión de la Creación Intelectual es el Repositorio Institucional de la Universidad Nacional de La Plata – SEDICI, p. 1624-1632. Disponible em: http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/56155/Documento_completo.pdf-PDFA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 09/08/2018.
- Barbosa, G.S., (2008). O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. Revista Visões 4ª Edição, N°4, Vol. 1, pp. 12-22.
- BBC Brasil (2002). Poucas propostas da Agenda 21 foram implementadas. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/ciencia/020818rioagendamtc.shtml>. Acesso em 10/08/2018.
- CMMAD (1991). Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro, RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- Fernández, L., (2008). Costos Ecológicos de un urbanismo (com)fuso: pérdida de servicios ecológicos de la cuenca y aceleración del metabolismo urbano en la Región Metropolitana de Buenos Aires. X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona.
- Ferreira, L. (1998). A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. São Paulo: Bom tempo Editorial.
- Fundación Avina (2018). La ciudad como hardware de la inteligencia colectiva. Disponível em: <http://www.avina.net/avina/incontext-18/#sthash.Hut57Lmx.dpuf>. Acesso em: 13/08/2018.
- Gallopín, G. (2010). “El desarrollo sostenible desde una perspectiva sistémica”, Sostenible, n.º 11, pp. 17-35.

- Idrobo, J.P.M., e Casas, A.F. (2014). Evolución de los conceptos y paradigmas que orientan la gestión ambiental ¿cuáles son sus limitaciones desde lo glocal? *Revista Ingenierías Universidad de Medellín*. Volúmen 13(Número 24), pp.13-27.
- March, C. (2009). *Dignidad para todos - La inequidad social: marginación, exclusión e insularización*. Buenos Aires, Editorial Temas, p. 56-64.
- Martíns, L. (2018). Las ciudades, en el punto de mira para el cumplimiento de los ODS. *Revista Compromiso Empresarial*. Disponible en: <https://www.compromisoempresarial.com/rsc/2018/06/las-ciudades-en-el-punto-de-mira-para-el-cumplimiento-de-los-ods/>. Acceso em: 06/08/2018.
- Organização das Nações Unidas – ONU (2014). *Planeamiento Urbano para Autoridades Locales - Habitat 2014*. Disponible en: <https://unhabitat.org/books/planeamiento-urbano-para-autoridades-locales/>. Acceso en: 01/08/2018.
- Organização das Nações Unidas – ONU/PNUMA (2016). *Desenvolvimento Sustentável na Prática. Aplicando Enfoque Integrado na América Latina e Caribe*. Disponible em: http://www.pnuma.org/documentos/UNEP_Sustainable%20Development%20PPOR%20WEB%20OK.pdf. Acceso em: 02/08/2018.
- Organização das Nações Unidas – ONU (2017). *Nueva Agenda Urbana - HABITAT III 2017*. Disponible en: <http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Spanish.pdf>. Acceso en: 01/08/2018.
- Organização das Nações Unidas – ONU (2018). *Informe de los Objetivos de Desarrollo Sostenible 2018*. Disponible en: <https://unstats.un.org/sdgs/files/report/2018/TheSustainableDevelopmentGoalsReport2018-ES.pdf>. Acceso en: 01/08/2018.
- Organização das Nações Unidas – ON/PNUD (2018). *Plataforma Agenda 2030*. Disponible em: <http://www.agenda2030.com.br/sobre/>. Acceso em: 05/08/2018.
- Siqueira, L.C. (2008). Política ambiental para quem? *Revista Ambient & Sociedade Campinas*, v. XI, n. 2, p. 425-437.